

PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

Centro Jurídico

Declaração de Rectificação n.º 33/2009

Ao abrigo da alínea *h*) do n.º 1 do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 162/2007, de 3 de Maio, declara-se que o Decreto-Lei n.º 65/2009, de 20 de Março, publicada no *Diário da República*, 1.ª série, n.º 56, de 20 de Março de 2009, saiu com as seguintes inexactidões que, mediante declaração da entidade emitente, assim se rectificam:

1 — No anexo I, onde se lê:

«ANEXO

[...]

| | | | | | | |
|--------------------------------------------|-----------------------------------------------|------------------|-------|-------|-------|-------|
| ... | ... | ... | ... | ... | ... | ... |
| | | | | | | |
| | | ... | ... | 45% | ... | ... |
| | | | ... | 35% | ... | ... |
| | | | ... | 25% | ... | ... |
| | | ... | ... | | ... | ... |
| | | | | | ... | ... |
| | | | | | ... | ... |
| | | ... | ... | ... | ... | ... |
| | | | ... | ... | ... | ... |
| | | | ... | ... | ... | ... |
| | | | ... | ... | ... | ... |
| Investimentos em factores dinâmicos (PME). | Ambiente | N.º 1, alínea c) | PME | 45% | PME | 50% |
| | Outros factores dinâmicos de competitividade. | | | | | |

[...].»

deve ler-se:

«ANEXO

[...]

| | | | | | | |
|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|
| ... | ... | ... | ... | ... | ... | ... |
| | | | | | | |
| | | ... | ... | 45% | ... | ... |
| | | | ... | 35% | ... | ... |
| | | | ... | 25% | ... | ... |

| | | | | | | |
|--------------------------------------------|-----------------------------------------------|------------------|-----------------------------------------|-----|-----|-----|
| ... | | ... | ... | | ... | |
| | | ... | ... | | ... | ... |
| | | | | | ... | ... |
| | | | | | ... | ... |
| | | ... | ... | ... | ... | ... |
| | | | ... | ... | ... | ... |
| | | | ... | ... | ... | ... |
| Investimentos em factores dinâmicos (PME). | Ambiente | N.º 1, alínea c) | Máximo dos enquadramentos comunitários. | | | |
| | Outros factores dinâmicos de competitividade. | N.º 1, alínea c) | PME | 45% | PME | 50% |

[...].»

2 — No anexo II, que procede à republicação do Decreto-Lei n.º 287/2007, de 17 de Agosto, no n.º 1 do artigo 9.º, onde se lê:

«1 — Os sistemas de incentivos às empresas podem apoiar projectos de investimento nas seguintes actividades, de acordo com a Classificação Portuguesa das Actividades Económicas (CAE), revista pelo Decreto-Lei n.º 381/2007, de 14 de Novembro:»

deve ler-se:

«1 — Os sistemas de incentivos às empresas podem apoiar projectos de investimento nas seguintes actividades, de acordo com a Classificação Portuguesa das Actividades Económicas (CAE), Revisão 3, estabelecida pelo Decreto-Lei n.º 381/2007, de 14 de Novembro:»

3 — No anexo do Decreto-Lei n.º 287/2007, de 17 de Agosto, republicado no anexo II do Decreto-Lei n.º 65/2009, de 20 de Março, onde se lê:

«ANEXO

(a que se refere o n.º 1 do artigo 16.º)

Limites máximos de incentivos às empresas [expressos em equivalente de subvenção bruta ⁽¹⁾]

| Tipos de investimento | | Referência ao artigo 7.º | Aplicação geral | | Aplicação a estratégias de eficiência colectiva (definidas no n.º 2 do artigo 7.º) | |
|--------------------------------------------|-------------------------------------------------------------------------------------------|--------------------------|------------------------------------------|------|------------------------------------------------------------------------------------|------|
| Investimentos em I&D nas empresas. | | N.º 1, alínea a) | Máximos dos enquadramentos comunitários. | | Máximos dos enquadramentos comunitários. | |
| Investimentos produtivos. | Inovação incluindo os projectos estruturantes, empreendedorismo e projectos estratégicos. | N.ºs 1, alínea b), e 5 | PE | 45 % | PE | 50 % |
| | | | ME | 35 % | ME | 40 % |
| | | | Não PME | 25 % | Não PME | 30 % |
| | Criação, modernização, reestruturação e requalificação. | N.º 2 | Sem incentivo | | PE | 35 % |
| | | | | | ME | 25 % |
| | | | | | Não PME | 15 % |
| | | N.º 4 | PE | 35 % | PE | 35 % |
| | | | ME | 25 % | ME | 25 % |
| | | | Não PME | 15 % | Não PME | 15 % |
| Investimentos em factores dinâmicos (PME). | Ambiente | N.º 1, alínea c) | PME | 45 % | PME | 50 % |
| | Outros factores dinâmicos de competitividade. | | | | | |

⁽¹⁾ Taxa ESB — valor do incentivo (em percentagem do investimento elegível), convertido em subsídio não reembolsável, actualizado para o momento da concessão.»

deve ler-se:

«ANEXO

(a que se refere o n.º 1 do artigo 16.º)

Limites máximos de incentivos às empresas [expressos em equivalente de subvenção bruta ⁽¹⁾]

| Tipos de investimento | | Referência ao artigo 7.º | Aplicação geral | | Aplicação a estratégias de eficiência colectiva (definidas no n.º 2 do artigo 7.º) | |
|--------------------------------------------|-------------------------------------------------------------------------------------------|--------------------------|------------------------------------------|------|------------------------------------------------------------------------------------|------|
| Investimentos em I&D nas empresas. | | N.º 1, alínea a) | Máximos dos enquadramentos comunitários | | Máximos dos enquadramentos comunitários | |
| Investimentos produtivos. | Inovação incluindo os projectos estruturantes, empreendedorismo e projectos estratégicos. | N.ºs 1, alínea b), e 5 | PE | 45 % | PE | 50 % |
| | | | ME | 35 % | ME | 40 % |
| | | | Não PME | 25 % | Não PME | 30 % |
| | Criação, modernização, reestruturação e requalificação. | N.º 2 | Sem incentivo | | PE | 35 % |
| | | | | | ME | 25 % |
| | | | | | Não PME | 15 % |
| | | N.º 4 | PE | 35 % | PE | 35 % |
| | | | ME | 25 % | ME | 25 % |
| | | | Não PME | 15 % | Não PME | 15 % |
| Investimentos em factores dinâmicos (PME). | Ambiente | N.º 1, alínea c) | Máximos dos enquadramentos comunitários. | | | |
| | Outros factores dinâmicos de competitividade. | N.º 1, alínea c) | PME | 45 % | PME | 50 % |

(¹) Taxa ESB — valor do incentivo (em percentagem do investimento elegível), convertido em subsídio não reembolsável, actualizado para o momento da concessão.»

Centro Jurídico, 18 de Maio de 2009. — A Directora, *Susana de Meneses Brasil de Brito*.

Declaração de Rectificação n.º 34/2009

Ao abrigo da alínea h) do n.º 1 do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 162/2007, de 3 de Maio, declara-se que o Decreto-Lei n.º 100/2009, de 11 de Maio, publicado no *Diário da República*, 1.ª série, n.º 90, de 11 de Maio de 2009, saiu com a seguinte inexactidão, que, mediante declaração da entidade emitente, assim se rectifica:

No quinto parágrafo do preâmbulo, onde se lê:

«Foram ouvidas a Delegação da República Portuguesa na Comissão Paritária da Concordata, prevista no artigo 29.º da Concordata entre a República Portuguesa e a Santa Sé, de 18 de Maio de 2004, e a Comissão da Liberdade Religiosa.»

deve ler-se:

«Foram ouvidas a Comissão Paritária, prevista no artigo 29.º da Concordata entre a República Portuguesa

e a Santa Sé, de 18 de Maio de 2004, e a Comissão da Liberdade Religiosa.»

Centro Jurídico, 18 de Maio de 2009. — A Directora, *Susana de Meneses Brasil de Brito*.

PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS E MINISTÉRIOS DAS FINANÇAS E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E DAS OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES.

Portaria n.º 537/2009

de 19 de Maio

Ao abrigo da alínea g) do artigo 50.º dos Estatutos da ERC — Entidade Reguladora para a Comunicação Social, aprovados pela Lei n.º 53/2005, de 8 de Novembro, e do artigo 2.º do regime de taxas aprovado pelo Decreto-Lei